

ANALFABETISMO POLÍTICO ENTRE MOÇAMBICANOS ALFABETIZADOS

DIGITALIZAÇÃO E EROSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Ilídio S. Nhantumbo

... a educação serve para inculcar a virtude cívica e várias habilidades que tornam a participação mais fácil (Lipset, 1960, *apud* Franklin, 2004: 14).

INTRODUÇÃO

Na pesquisa do comportamento político, alguns factores como a educação, a idade e a disponibilidade dos *media* têm sido apontados como inevitáveis para o nível de participação política. Mas será esse argumento válido? Neste ensaio recuo no tempo e revejo conceitos dados como adquiridos. Neste contexto, avalio o significado e a aplicabilidade de alguns destes factores e o seu impacto no comportamento político na era digital. Na verdade, a digitalização tornou-se um factor determinante na política. Esta evolução ajuda-nos a prognosticar o comportamento político do cidadão. Especificamente, abordo a teoria da modernização, alargando a abordagem a outras escolas de pensamento. A medição do impacto pode mudar devido a novos acontecimentos e circunstâncias renovadas pela digitalização.

O tópico fundamental deste ensaio é a participação política nos países em democratização e simultaneamente em digitalização. A astronómica expansão das fontes de informação e a sua superabundância, incluindo “redes sociais” e entretenimento, interferem nos factores assumidos no passado, invalidando discussões teóricas. Embora haja tendência para a redução de material impresso, devido às críticas dos defensores do ambiente, os efeitos são pouco observáveis. Esta conclusão apoia estudos anteriores segundo os quais a informação lida nos *media* impressos é mais absorvida do que a do audiovisual.

Material digital e electrónico é superabundante entre potenciais eleitores no Ocidente; e a tendência estende-se aos países em desenvolvimento. Nos países africanos em democratização, o acesso e uso de fontes de informação, incluindo a Internet, também se expandem rapidamente. Concentrando-me em Moçambique, uma economia em crescimento, estudo o impacto da digitalização nos municípios de Maputo e Matola, examino o impacto da digitalização na

participação política, eleitoral em particular. Seleccione estas cidades por serem das mais avançadas no uso de dispositivos como *smartphones*, *laptops*, computadores de mesa, *tablets*, televisão, entre outros. Comparando o comportamento eleitoral entre os períodos de pré-digitalização e digitalização, que diferenças podemos encontrar na participação política?

No fluxo de formas convencionais e inconventionais de participação, os estudiosos estão motivados a melhorar cada vez mais os argumentos no comportamento político. Mas qual é a influência da digitalização nos países pobres como Moçambique? A teoria da modernização tem sido aplicada na análise da participação política tanto em países democráticos como em países em democratização. Desde a sua emergência, muitos investigadores da democratização e do comportamento eleitoral têm discutido a complexidade da democracia, da participação e da cidadania do ponto de vista causal, mas os resultados são contraditórios tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa. A discussão emerge com Lipset (1959) entre as décadas de 1950 e 1960, desde então, as principais variáveis têm sido essencialmente limitadas à educação, idade e exposição aos *media*. Porém, o problema emerge nestas contradições de causa-efeito. Embora as variáveis de Lipset sejam válidas, na altura, as sociedades não estavam digitalizadas como observamos nas últimas décadas. Seguidores modernistas de Lipset não perspectivaram o pico da digitalização, daí os efeitos actuais. A participação política, como defendo, tem estado em descarrilamento nas formas convencionais e possivelmente nas inconventionais. Em alguns países em democratização, formas como a votação têm estado a promover formas extremas de participação, tanto legais como ilegais. Por estas razões, é problemático assumir a relação causal entre educação e aumento da participação. Olhando para os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vários países, incluindo Moçambique, estão no nível baixo de desenvolvimento humano, mas os níveis de educação (componente do desenvolvimento humano) têm estado a melhorar desde o fim da Guerra Fria. Com o aumento no acesso à “educação”, *media* e melhoramento da esperança de vida, não seria de esperar maior participação política em Moçambique?

Neste ensaio questiono a educação, a idade e o acesso à informação como factores que impulsionam a participação e a cidadania crítica e democrática. Defendo que, na era digital, os conceitos de *educação*, *idade e acesso à informação* são pouco relevantes e, por vezes, inválidos. O interesse pela política explica melhor os níveis de participação e cidadania democrática em sociedades pobres, mas em crescimento na digitalização. *Alfabetismo, experiência e preferência pelo conteúdo do acesso* são factores determinantes. Neste ensaio, primeiro avalio teorias existentes comparando-as com Moçambique. Seguidamente, apresento a metodologia, os questionários e os resultados. Encerro com a discussão e sugiro algumas intervenções académicas específicas para políticas de intervenção.

VELHAS TEORIAS E SUAS LIMITAÇÕES

Uma pesquisa prévia sobre os factores determinantes da participação política e cidadania crítica em democracias atribui um papel particular à educação, à idade e ao acesso aos *media* (Boix, 2003; Teorell, 2010; Mattes & Shenga, 2014). Este argumento emerge da teoria da modernização para a estabilização da democracia (Lipset, 1959; Brady, Verba & Scholzman, 1995; Przeworski & Limongi, 1997; Geddes, 1999; Kuenzi & Lambright, 2007; Huntington, 1970). Contudo, esta explicação é pouco convincente quando alguns defensores ignoram conceitos da democracia, da democratização e da participação. Franklin (2004), por exemplo, segue a mesma perspectiva de educação, idade e exposição aos *media*, colocando os três horizontalmente sequenciais para o resultado final. O argumento falha por colocar os três factores operando sequencialmente. Em plena digitalização, os factores falham na má aplicação conceptual, com a intenção de explicar a participação. Os resultados da estabelecida “teoria da modernização” são contraditórios na aplicação conceptual (Galston, 2001; Nie *et al.*, 1996), introduzindo falácias causais.

O papel da educação tem sido enfatizado quer na participação política convencional quer na inconventional.

“[...] A *educação* serve para inculcar a virtude cívica e várias capacidades que podem tornar a participação eleitoral mais fácil” (Lipset, 1960, *apud* Franklin, 2004: 14, ênfase adicionada), adicionalmente, “a *idade* guia as oportunidades que as pessoas devem receber para se tornarem embebidas em estruturas sociais” (Franklin, 2004: 14, ênfase adicionada).

Entretanto, Lipset e Franklin não são claros no termo educação, levando os seus seguidores a usar educação como sinónimo de “ir à escola”. Embora a associação entre a educação e a democracia seja profunda, o problema está no senso comum a si atribuído. Na literatura sobre a transição para a democracia desde os finais dos anos 1980, assume-se que “educação do cidadão” significa “ir à escola”, aprender línguas oficiais e recepção de diplomas, sendo assim capaz de se tornar economicamente estável. Daqui a desilusão de sinonímia de repetição como a habilidade de repetir o que já foi transmitido. Estudiosos olham para este “problema de ir à escola” e associam-no à participação política, por isso a confusão entre causalidade e correlação. Seguindo a mesma abordagem, Huntington menciona componentes da teoria da modernização, mas numa combinação pouco clara das três variáveis. Conforme avança, em Estados modernos, há “participação massiva [*sic*]”: “... a expansão da [*sic*] *media*, [o] aumento da alfabetização e da educação, e a participação política. [...] Mudanças num factor implicam mudanças noutros factores...” (1970: 288).

Huntington (1970) contribui de forma similar a Franklin (2004), expondo claramente que educação e alfabetização são conceitos diferentes. Porém, não esclarece como se pode relacionar uma com a outra. Desta falta de clareza corremos o risco de inferir que a alfabetização está

separada da educação. Esta abordagem é falaciosa, uma vez que o alfabetismo em si se processa com a acumulação do conhecimento. Consequentemente, ao invés desta confusão, tratar de forma separada torna o alfabetismo facilmente mensurável por indivíduo. Igualmente, não é de assumir que o alto nível de alfabetismo necessariamente causa “participação política maciça”, pois o contrário é possível, como aconteceu com a depressão na afluência às urnas nos anos 1960 no Ocidente. A expansão dos *media* é um factor claro como componente do progresso tecnológico, incluindo a actual digitalização. Todavia, o acesso aos *media* é menos importante, uma vez que a exposição e o acesso se tornam cada vez mais abundantes. O acesso à informação é fácil, mas o conteúdo e as fontes devem ser tratados de forma separada: a imensidade de conteúdo em diferentes fontes dos *media* não determina o efeito na participação. O argumento que proponho é que, enquanto não houver interesse pela política, o nível de participação promove apatia quando a democratização e a digitalização ocorrem em simultâneo.

Aparentemente, os acontecimentos de Tiananmen, em 1989, e a Primavera Árabe, em 2010/11, suportam a papel da juventude “educada” com capacidade para incentivar revoluções. Mas serão estes eventos suficientes para tal argumento? Os protestos são somente uma forma de participação inconveniente, por isso, tal argumento é falacioso; aliás, Doherty *et al.* (2017) mostram que a juventude “educada” pouco participou nas eleições tunisinas. Então, o argumento manifesta-se vagamente.

Tem sido comum assumir-se que nos países pobres, especialmente africanos, a “educação” irá necessariamente promover a expansão da participação política e, consequentemente, a emergência da democracia (Schumpeter, 1942; McClurg, 2003; Mattes & Shenga, 2014). No entanto, sou céptico em relação a esta visão. Os pobres têm estado a elevar a sua alfabetização, mas a democracia revela-se estancada. Na verdade, observando as crises económicas rotineiras, a desdemocratização e a violência eleitoral periódica, os especialistas desta área ainda não explicam em que medida a alfabetização promove diversas formas de participação em África. Outro conceito mal aplicado na teoria da modernização é a idade. A relação causal é disputável. Da mesma forma que a educação fracassa, a idade não implica necessariamente aumento da virtude cívica. Confundimos idade com experiência numa relação causal falaciosa. A idade não conduz infalivelmente à participação política; o processo de socialização influencia a forma como o cidadão toma as suas decisões. A idade pode certamente influenciar negativamente o envolvimento na política. A experiência influencia a apatia ou o envolvimento na política. Cidadãos com determinado tipo de experiência política nas suas vidas – incluindo conflitos armados, independência, genocídios, ou revoluções – são induzidos a determinado tipo de comportamento eleitoral. Deste modo, não é convincente assumir que a idade resultará numa fácil instilação da virtude cívica.

A experiência não emerge separada da frequência escolar; estas ocorrem em simultâneo à medida que os indivíduos crescem. Portanto, não encontramos nenhuma ponte entre a escola

e a socialização, ambos são processos simultâneos que retiram a primazia da educação como um fenómeno simplista. A teoria da modernização confunde colinearidade com causalidade, por isso a escola não estimula em si a participação. Estudos recentes em observação eleitoral em Moçambique reportam níveis de afluência às urnas mais altos em zonas rurais do que nas áreas urbanas, onde os alfabetizados estão concentrados (AWEPA, 2003). Como tal, ao invés da idade, a experiência explica melhor a participação política. O interesse pela política no conteúdo disponível nos *media* sublinha o interesse pela participação. Paradoxal é o acesso à telefonia móvel entre a população pobre, mas sem acesso a recursos básicos (Pierskalla & Hollenbach, 2013). Podemos então inferir que a alfabetização tem maior cobertura nas urbes, da mesma forma que a digitalização está mais avançada nos centros urbanos, mas com níveis diferentes de acesso a bens da primeira necessidade.

Para além da educação e da idade, a teoria da modernização atribui um papel particular à exposição aos *media* na participação. Como antes mencionei, a digitalização invadiu o mercado dos *media* e rapidamente expôs o cidadão aos meios de comunicação social digitais, retirando primazia aos *media* impressos em diversas regiões. Não apenas pela escolha do meio, mas também pela explosão no conteúdo e constante disponibilidade. Desta forma, o factor determinante para a participação política está na escolha da informação que o consumidor acha importante para consumo do seu interesse.

A explicação de fenómenos contemporâneos e dinâmicos no campo da participação requer a reavaliação de alguns conceitos. Olhando para a teoria da modernização, exponho a revisão dos conceitos de educação, idade, e exposição aos *media*. Refuto a ideia de exposição propondo o interesse pelo conteúdo dos *media*. A educação é um conceito multidimensional e incorretamente aplicado, particularmente quando se trata da sua mensurabilidade, consequentemente adopto antes a alfabetização. Embora mensurável, a idade é outro conceito mal aplicado na explicação da participação, como tal, sugiro experiência política via eventos independentemente da idade. A minha revisão não significa neomodernização, mas relevância de fenómenos em circunstâncias simultâneas de digitalização e democratização na participação política.

RUMO AO ANALFABETISMO POLÍTICO

Com as limitações previamente apresentadas, os defensores da teoria da modernização (Przeworski & Limongi, 1997; Boix, 2003; Teorell, 2010) assumiram um papel significativo no vago e transversal conceito de educação. Neste ensaio, a alfabetização encaixa-se melhor no conteúdo complexo de participação política. Com a digitalização da sociedade, apenas os alfabetizados são capazes de fazer uso da Internet, que é uma rica fonte de informação. A digitalização cria oportunidades para várias formas de participação, mas a sua explosão nas últimas décadas tem igualmente efeitos adversos na participação. A preferência pelo conteúdo

disponível é relevante, especialmente com a superabundância de diversos tipos de informação. Assim, é uma falácia assumir que a alfabetização – predominante na juventude – terá um efeito positivo na participação política. O interesse pela política é crucial.

Ao invés da idade, a experiência explica melhor o envolvimento na política. Independentemente da idade, a experiência na era digital é um factor determinante em certas actividades. Seja qual for a idade, o processo de socialização permite o engajamento em certas actividades políticas. A participação política oficial requer um mínimo de 18 anos na sociedade moçambicana, daí que em diferentes formas de participação política afecte a virtude cívica. Com base na socialização, o interesse pela política pode conduzir à atracção ou à apatia.

É enganoso assumir que o ambiente pluralista resultará na participação do cidadão em todas as actividades políticas, especialmente na eleitoral. O simples facto de ostentar um cartão partidário pode ser uma escolha de participação voluntária. Qual é o efeito de certos instrumentos digitais em países simultaneamente em democratização e digitalização? Em que ambientes são os dispositivos digitais usados? Em algumas sociedades, como a americana, estar presente na estação de voto não é compulsório para se votar, daí o impacto aberto em países altamente digitalizados. Existirão formas de acesso à informação, especificamente da Internet e da telefonia móvel, com efeitos positivos na participação?

Comparando com os Estados Unidos e outras democracias estabelecidas, a afluência às urnas é menor em relação a alguns países em democratização. Por que razão é a afluência maior em países como Ruanda, Namíbia, Angola, Seychelles, Burundi e Guiné Conacri, entre outros (*vide* resultados em International Institute for Democracy Electoral Assistance – IDEA)? Ainda mais, estas discrepâncias criam um *conundrum*. Por que razão registamos maior nível de afluência às urnas nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, precisamente onde os alfabetizados estão concentrados e com maior acesso à riqueza no conteúdo dos *media*?

A alfabetização é crescente em Moçambique, o mesmo ocorre no acesso e na disponibilidade dos *media*. Por que razão poderia a participação política decrescer com base nas assumpções da teoria da modernização? Seguindo os pressupostos da modernização, poderíamos esperar um elevado nível de participação (i.e., aumento na afluência às urnas nos centros urbanos). Porém, o oposto ocorre em Moçambique, isto é, há mais baixa afluência às urnas nos centros urbanos de fácil acesso do que nas regiões rurais de difícil acesso (AWEPA, 2003). O meu inquérito examina a relação entre a superabundância do conteúdo dos *media* nos grandes centros urbanos – onde a juventude é predominante, segundo a pirâmide demográfica nacional – e o baixo nível de participação convencional e inconventional.

Desde os anos 1990, o Banco Mundial, o FMI e estudiosos têm indicado Moçambique como um exemplo de crescimento económico em África. Desde o Acordo Geral de Paz de 1992, o mesmo ocorre com a alfabetização. A única depressão económica e instabilidade política que questionam o exemplo de crescimento ocorrem em esquemas de corrupção, como nas

eleições de 2014. Embora a Freedom House avalie Moçambique como um país “parcialmente livre” na zona política, outras fontes revelam o contrário, especialmente sobre o nível de liberdade de expressão. (Nhantumbo, 2015: 3)¹. *The Economist* reporta igualmente um grande descarrilamento na liberdade de expressão nos últimos cinco anos.²

O inquérito avalia a ideia exagerada de Mattes & Shenga (2014) de que a chamada “educação” promove a participação política na cidadania democrática crítica. O papel crítico da rápida digitalização, quer em termos de jornais electrónicos quer dos *media* electrónicos e televisivos, na Internet, questiona a conclusão destes estudiosos, na qual, segundo Sambira (2013), a digitalização tem um efeito ubíquo: enquanto o número de material digital de comunicação progride em *sociedades africanas digitalmente orientadas*, os recursos básicos manifestam-se cada vez mais pobres (i.e. água, saneamento). Este inquérito cobre o período 1994-2016.

Para examinar a participação, como a afluência às urnas, e a digitalização, seleccionei intencionalmente as autarquias gémeas das cidades de Maputo e Matola. A cidade de Maputo tem estatuto provincial e Matola é a capital da província de Maputo. Estes municípios acumulam zonas urbanas com infra-estruturas mais avançadas de circulação relativamente a outras cidades. Dados mostram que em 2015 a cidade de Maputo tinha um índice de pobreza de 0,043 e a província de Maputo, 0,133 – ambos os níveis mais baixos de Moçambique.³ Nestes locais, os níveis de alfabetização, participação política em geral e especificamente a afluência às urnas tomam sentidos contrários aos pressupostos da modernização. Pesquisas prévias mostram que o nível de afluência às urnas em Moçambique é alto nas zonas rurais em comparação com as zonas urbanas, onde os alfabetizados tendem a abster-se (Sambira 2010, Banco Mundial & Banco de Desenvolvimento Africano, 2013, cfr. Nhantumbo, 2014). Por outras palavras, os potenciais eleitores das áreas rurais, com infra-estruturas pobres e longas distâncias para aceder aos postos de votação e recenseamento, participam mais na política do que os cidadãos urbanos com melhores condições de acesso, electricidade, água e saneamento, conhecimento de línguas estrangeiras, entre outros presumíveis incentivos

Evidentemente, neste caso, a exposição aos *media* em si – especialmente *media* independentes – não conduz à cidadania democrática. A participação política é um conceito aberto e de definição simplista para alguns estudantes que olham para tal como somente a votação, daí a incongruência na discussão. A votação é apenas um componente da participação convencional, que inclui, mas não se restringe, o activismo político, serviço ao público, voluntariado em campanhas eleitorais e donativos a partidos políticos. A participação inconventional não

¹ Esta discussão pode ser exemplificada pelo tiro mortal do professor Gilles Cistac, e os ferimentos no ataque contra José Macuane – numa tentativa fálhada –, muito provavelmente pelas suas opiniões sobre a eleição de 2014 e os resultados das eleições que se seguiram com protestos e conflito armado. Estes acontecimentos ganharam maior atenção no centro de Moçambique e em algumas áreas onde a Renamo ganhou a eleição (*vide* Mediafax, N.º 6065, 25 de Maio de 2014).

² *The Economist*, disponível em: <https://infographics.economist.com/2017/DemocracyIndex> (consultado a 2 de Agosto de 2017).

³ Chattan House Report 2015.

significa necessariamente que seja ilegal, pois esta pode incluir insurgências, manifestações ou protestos e guerra (Stolle, Hooghe & Micheletti, 2005; Ekman & Amnâ, 2012). Segundo Pierskalla & Hollenbach (2013), constitui uma visão limitada olhar apenas para o impacto dos telemóveis como dispositivos promotores de extremas formas de participação. Erroneamente, concluem que em África “a disponibilidade e cobertura de telemóveis aumenta de forma significativa e substancial a probabilidade de conflito violento”. Os celulares⁴ podem promover participação, mas não infalivelmente de forma extrema.

Com base no argumento da educação, as manifestações ilegais pró-democratização são igualmente formas de participação ilegal. A Primavera Árabe decorreu na era da digitalização, mas a literatura ignora esta forma de participação no contexto do comportamento eleitoral, independentemente da dificuldade de mensuração. Outros exemplos podem incluir os protestos da Praça de Tiananmen ocorridos antes da actual digitalização. Restringindo a participação política à afluência às urnas nas eleições na cidade de Maputo e na Matola, encontrei um défice nos níveis de votação, mesmo com as infra-estruturas referidas por Mattes & Shenga (2014) (*vide* Tabela 1). Um conceito aberto de participação eleitoral desaprova o pressuposto causal entre alfabetização na participação.

Dada a confusão conceptual, neste ensaio a participação política refere-se tanto a formas convencionais como inconventionais. As primeiras incluem assinatura de petições, votação, campanhas eleitorais, estatuto de membro de partidos políticos, donativos monetários ou logísticos para eventos políticos e contacto com oficiais públicos. Participação inconventional inclui manifestações, protestos e votos em branco, marchas contra políticas públicas. A participação pode ser individual ou colectiva (Teorel *et al.*, 2007; Ekman & Amnâ, 2012). Incluo também a *participação latente*, definida como “a vontade de tomar acção se as circunstâncias assim exigirem” (Ekman & Amnâ, 2012: 297).

⁴ Na pesquisa, o termo telemóvel não está clarificado, não sabemos se são “simples/básicos”, *smartphones*, ou ambos.

TABELA 1: AFLUÊNCIA ÀS URNAS (AU) NAS ELEIÇÕES DE 1994-2014 (EM %)

ANO	IDH DE MAPUTO (CIDADE)	IDH DA MATOLA	ANALFABETISMO EM MAPUTO (CIDADE)	ANALFABETISMO NA MATOLA	AU NAS ELEIÇÕES GERAIS	AU NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS EM MAPUTO (CIDADE)	AU NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS NA MATOLA
1994	NA	NA			87,89		
1995	NA	NA					
1996	NA	NA					
1997	0,568	0,480					
1998	0,576	0,491				26	25
1999	0,589	0,504			68,09		
2000	0,590	0,506					
2001	0,598	0,519					
2002	0,598	0,526					
2003	0,601	0,537				21,55	20,80
2004	0,640	0,551			36,34		
2005	0,626	0,579					
2006	0,622	0,589					
2007	0,624	0,578					
2008	0,640	0,581	2008/09: 10,9	2008/09: 26		26	25
2009	0,651	0,575			44,44		
2010	0,661	0,581					
2011	0,669	0,589					
2012							
2013						50,39	37,97
2014					48,84		
2015							

Dados oficiais disponíveis em 2016

Fontes: AWEPA (2003), IDEA, WLSA Moçambique (2014), Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014)

O IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO

Para além da revisão conceptual e da sugestão de alternativas teóricas, destaco a digitalização como um novo conceito e variável neste ramo de pesquisa. A digitalização refere-se ao processo de avanço no uso de dispositivos electrónicos na era actual com tendência para a tecnologia digital: trata-se de um fenómeno de avanço tecnológico de e com acesso à informação usando material electrónico com teclados usuais e *touch screens*. Haverá um impacto deste fenómeno na participação política? Alguns investigadores defendem que a digitalização, especialmente com o componente da Internet, tem um efeito positivo; outros são contrários e defendem um papel negativo; outros ainda encontram um impacto insignificante. No entanto, a digitalização neste ensaio é um factor essencial associado à alfabetização na participação política. As explicações prévias são enganadoras, como tal, este ensaio contribui para a elucidação conceptual

e seus efeitos. De facto, Sambira (2013: 19) defende que “os telemóveis hoje têm um papel ubíquo na sociedade africana”.

No impacto da digitalização, concorrem três escolas. Na primeira, a digitalização reduz o envolvimento político dos cidadãos (Davis, 1999; Noveck, 2000; Anduiza *et al.*, 2009; Albrecht, 2006). A Internet reduz o tempo livre das pessoas e enfraquece a coesão social, sendo um obstáculo para a participação (Davis, 1999; Albrecht, 2006). De acordo com Fredin (1999), a Internet mantém a estrutura social, reforçando a separação das elites e o público em geral. Albrecht (2006) reforça que a democracia electrónica se estende a práticas de tecnologia cultural comum.

A segunda escola defende que a digitalização não tem impacto significativo na participação política (Bimber, 1999; Nisbet, 2002; cf. Anduiza, 2009, Eveland & Scheufele, 2000). Porém, Davis (1999) defende que, embora a Internet não tenha um impacto significativo na participação, os governos irão possivelmente promover uma sociedade orientada para uma democracia aberta e participativa. Neste sentido, a Internet é um espaço para os políticos colocarem publicidades ou campanhas sem mensagem útil, e para apresentarem as fraquezas dos seus oponentes.

Na terceira perspectiva, diferentemente, os investigadores defendem que a digitalização tem um papel e um impacto positivos na participação (Negroponte 1995; Noveck, 2000; cfr. Anduiza *et al.*, 2010; Bode *et al.*, 2015; Delli Carpini 1997; Fredin, 1999). Negroponte (1996) defende que a Internet “traz um impacto relevante para uma sociedade mais participativa e possivelmente o melhoramento da participação”.

As três escolas falham ao olhar para a Internet num sentido limitado e não como uma política “obrigatória” com diferentes tipos de acesso à informação. Na verdade, o acesso à Internet inclui várias plataformas de informação disponível. Os estudiosos descuidam-se ao olhar somente para o domínio .com, mas a Internet inclui variáveis como .edu, .gov, .org, entre outras. Os investigadores excluem ainda livros, literatura académica e instrumentos obrigatórios de serviço institucional (i.e., *sites* restritos a estudantes, conectividade intra-institucional, como o *online banking*). Esta fraqueza apoia a minha posição de que o conteúdo é relevante, com informação consumida segundo as preferências entre indivíduos alfabetizados. Outra lacuna está na indistinção entre a Internet e a digitalização. Enquanto a primeira é simplesmente contedística, os aparelhos digitais incluem diversidade de instrumentos: diversos tipos de computadores, *smartphones*, *tablets*, televisão, e outros. Se diversos conteúdos estão disponíveis, circunstâncias como a disponibilidade da informação no domicílio, postos de trabalho e locais livres definem a preferência.

METODOLOGIA NA ROTA DA DIGITALIZAÇÃO

O inquérito destacou respondentes relativamente ao alto nível de alfabetização e formação – a condição de ser capaz de ler e escrever pelo menos na língua oficial. Como critiquei acima, falar

português não significa ser alfabetizado. A digitalização de uma sociedade simultaneamente em democratização é susceptível ao analfabetismo político entre os alfabetizados. A minha asserção é que, em sociedades em digitalização, o cidadão letrado irá prestar atenção aos fenómenos do seu interesse no conteúdo. Para sustentar a minha teoria, desenhei um inquérito com duas partes. Na primeira secção, as perguntas relativas à participação e forma são de múltipla escolha. Na segunda secção, recorri a três questões para testar a congruência com a primeira secção. O inquérito foi presencial, de modo a evitar respostas viciadas ou uso de cábulas. Desta forma, reduzi o nível de desonestidade dos respondentes.

Porque o inquérito incluiu tópicos sobre votação, a idade mínima de 21 anos foi uma pré-condição na participação, uma vez que a última eleição municipal ocorreu em 2013. Para além da idade, considerei o género e a alfabetização relativamente superior – alunos e estudantes nas universidades, professores do nível primário, oficiais públicos, privados, e de organizações sem fins lucrativos de vários níveis. O inquérito decorreu em universidades, escolas, vias públicas e locais diversos. Nas universidades tentei alcançar estudantes de diferentes cursos, para tal, fui circulando por diferentes departamentos.

Dada a relevância da alfabetização, da experiência na política e da escolha do conteúdo, as questões eram relativas. Incluí, igualmente, zonas de residência, para gradualmente ir observando a representação das duas autarquias, por misturarem locais de trabalho e estudos. A segunda parte testa o conhecimento dos níveis autárquico, provincial e nacional. Apenas três questões testam a votação e os factores ligados à votação ou à escolha de decisores de alto nível.

- i) Quem é o governador da sua província?
- ii) Quem é o presidente do seu município?
- iii) Quantos mandatos constitucionais se aplicam ao Presidente da República?

O inquérito teve um n de 115 por município; cidade de Maputo e Matola. Igualmente, recolhi a informação disponível do INE, relatórios da União Europeia, AWEPA, WLSA Moçambique e IDEA. Esta abordagem permitiu a obtenção de dados entre 1994 e 2016, período que cobre eleições nacionais e municipais. Estes dados revelam a tendência geral da afluência às urnas nas eleições durante este período. Para incluir o foco alfabetizado, visitei a Universidade Eduardo Mondlane; a Universidade Pedagógica; a Universidade São Tomás de Moçambique; A Politécnica; o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique; escolas e ministérios de forma aleatória; e falei com jornalistas de rádio e televisão, vendedores e compradores em centros comerciais.

Hipótese 1: Quando os níveis de alfabetização são maiores em países simultaneamente em democratização e digitalização, o analfabetismo político é altamente esperado.

Hipótese 2: Quando a sociedade está simultaneamente em digitalização e democratização, os cidadãos tendem a perder interesse pela política.

RESULTADOS E ESCRUTÍNIO

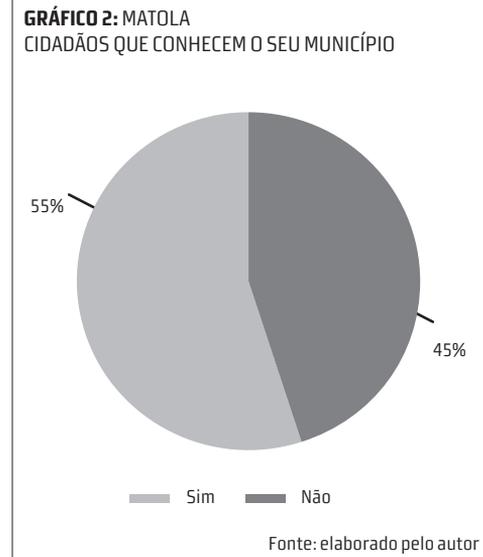
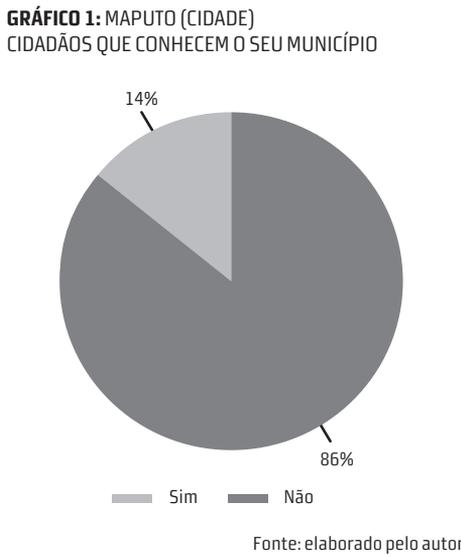
Os respondentes ao inquérito tinham uma idade média, respectivamente, de 32 e 30 anos, na cidade de Maputo e na Matola. A idade mínima foi de 21 anos e a máxima de 60. Os níveis de alfabetização reflectiram o meu objectivo na selecção: cidadãos de alto nível de alfabetização – estudantes universitários, licenciados, estudantes de pós-graduação ou acima; e um número insignificante de estudantes pré-universitários. Todos os respondentes tinham celulares “simples” e um grande número de participantes tinha *smartphones*. Parte dos respondentes possuía dois ou mais aparelhos telefónicos e outros instrumentos como *tablets*. Adicionalmente, e importante, quase todos os respondentes tinham televisão no domicílio, e poucos fora do domicílio. Apenas cinco respondentes não tinham acesso à Internet, um na cidade de Maputo e quatro na Matola. Muitos respondentes ostentam mais do que três fontes de acesso à Internet e têm a oportunidade de escolha do conteúdo nos *media*.

A estratégia da secção de teste revela inconsistências significativas entre a múltipla escolha e o conhecimento básico. Os gráficos a seguir mostram alguma desonestidade dos respondentes que poderiam ter grandemente adulterado os números na participação a nível municipal, como na afluência às urnas. De igual modo, afecta a forma de participação, especialmente a latente (i.e., qual seria a reacção do cidadão em caso de violação dos mandatos presidenciais?). A adesão a notícias relativas à participação política ou a outro tipo de conteúdo é baixa, confirmando a minha hipótese. Suportando a segunda hipótese, os resultados revelam uma sobreposição entre o período oficial de expediente e o entretenimento. As respostas à secção chamam a atenção aos investigadores para que não assumam que os respondentes oferecem informação suficiente para suportar hipóteses ou desenvolver argumentos sob pena de apresentarem dados viciados e previsões inválidas. Como predito, os respondentes têm acesso a diversos dispositivos digitais através dos quais acedem à informação de interesse: telemóveis⁵, *smartphones*, *tablets*, *laptops*, computadores de mesa e televisão. Os funcionários públicos são os que mais usam computadores de mesa e os únicos que usam o telefone fixo; outros oficiais dispõem de telemóveis do empregador, *smartphones* ou *tablets*.⁶ Um número significativo de respondentes não explora serviços de rádio, não por falta de capacidade de compra, mas por preferência. Estes resultados suportam a minha expectativa de forte tendência de digitalização das zonas urbanas em Moçambique. Podemos também inferir que o conteúdo superabundante dos *media* é mais importante do que a exposição aos *media*.⁷

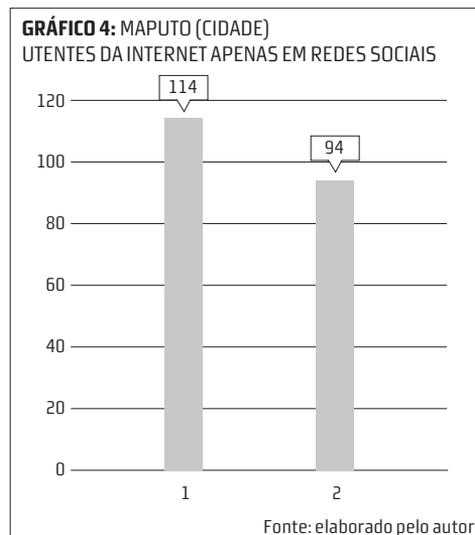
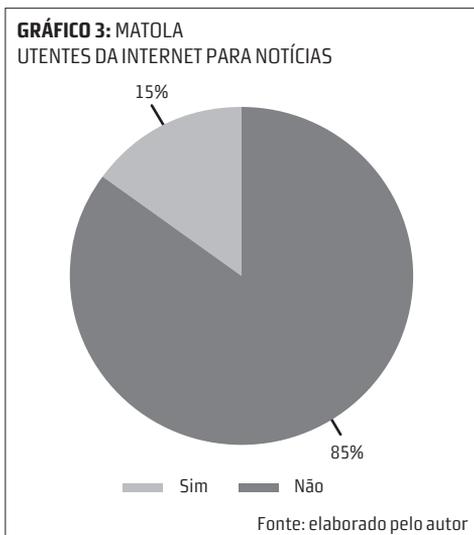
⁵ O termo celular é usado para celulares através dos quais o utente não pode aceder à Internet.

⁶ Para simplificação, como são poucos os respondentes que usam *tablets*, incluo-os no grupo de *smartphone*, no entanto, na base de dados, estão separados. Alguns respondentes possuem *tablets* e *smartphones*.

⁷ Os gráficos detalhados para análise encontram-se no Apêndice 1 para a cidade de Maputo, e no Apêndice 2 para Matola. Talvez devido à crise política corrente, os respondentes foram relutantes na expressão das suas razões de preferências no conteúdo dos *media*, deixando espaço em branco ou optando por “Outro”.



O argumento de que a Internet reduz o tempo de descanso das pessoas não é compatível com os resultados. Funcionários públicos, do sector privado e de organizações sem fins lucrativos usam o seu tempo de trabalho oficial para conteúdo de entretenimento, possivelmente reduzindo o nível de produtividade. Do mesmo modo, o nível de inconsistência nas respostas revela uma sobreposição significativa entre o trabalho oficial e o entretenimento, ou horas de estudo com entretenimento. Cerca de 86% dos respondentes de Maputo não conhecem o seu município como área de residência. A mesma tendência, mas relativamente baixa, ocorre na Matola, cerca de 45%. Conforme uma hipótese do ensaio, da digitalização espera-se um efeito negativo na participação política. Os respondentes com celulares básicos (sem acesso à Internet) tendem a participar mais na política e consomem informação dos jornais, rádio e TV, dando suporte à ideia de que as pessoas que recebem informação dos *media* impressos tendem a reter a informação consumida. A alfabetização em sociedades orientadas para a digitalização cria um “vício das redes sociais”. Os alfabetizados com acesso a dispositivos digitais tendem a ignorar a política e outros assuntos importantes da sociedade tanto na Internet em geral como na televisão e rádio.



A estratégia metodológica contribuiu para a detecção de inconsistências nas respostas. Por exemplo nas respostas de escolha múltipla sobre o envolvimento na política, a votação regular, pelo menos uma votação em eleições locais e gerais ou leitura regular e acompanhamento televisivo consistente. Houve grande inconsistência com respondentes que:

- i) conheciam os seus municípios de residência;
- ii) conheciam a diferença entre município e distrito eleitoral – na cidade de Maputo;
- iii) conheciam o nome do edil de escolha na última eleição (candidato vitorioso);
- iv) conheciam o nome do/a governador/a (Governadores são indicados pelo Presidente da República que haviam escolhido ou que tivesse a sua escolha derrotada);
- v) conheciam os termos constitucionais/legais que se aplicam ao Presidente da República.⁸

Encontrei grande confusão na província e na cidade de Maputo. Enquanto a cidade de Maputo tem estatuto de província, a província de Maputo não inclui a cidade. Como resultado, a província de Maputo aplica-se somente ao município da Matola. Mais de 85% dos respondentes da cidade de Maputo tiveram dificuldades em distinguir a cidade da província de Maputo. Encontrámos outra confusão entre distritos municipais e municípios, especialmente na cidade de Maputo (i.e., Ka Mpfumo, Ka Maxaquene, Ka Mavota e outros não conseguiram nem uma nem outra, colocando simples locais como Alto Maé e Polana). Para Matola, alguns respondentes não conseguiram perceber que não viviam fora do município, (por exemplo, Belo Horizonte e Marracuene). Respostas para a cidade de Maputo revelam o desconhecimento da declaração em 2000 da cidade de Maputo como espaço separado da província de

⁸ As questões 4 e 5 aplicam-se especialmente a respondentes que votaram apenas na eleição anterior, mas não nas eleições municipais. Igualmente, servem para o teste de participação latente (por exemplo, o que os cidadãos fariam em caso de violação de termos constitucionais).

Maputo. Parecendo trivial, os eleitores teriam dificuldades na prestação de contas no contexto da descentralização.

Dos resultados acima e da Tabela 2, podemos inferir a tendência na afluência às urnas em eleições municipais prévias. Na primeira eleição municipal, a cidade de Maputo registou 20%, 28% em 2003, e 50% em 2013. Na Matola, a afluência foi de 28% em 1998, 26% em 2003, e 48% em 2013. Com superabundância de fontes de informação, os respondentes não usam ou pesquisam *media* para conteúdo político e seu engajamento. Os inquiridos expressaram déficit de interesse pela política e conhecimento de fontes de informação das quais podiam recolher informação relevante. Deste modo, o argumento segundo o qual o acesso aos *media* é fundamental para o desenvolvimento da cidadania democrática e crítica não é confirmada, pelo contrário, as respostas consolidam a importância da disponibilidade de muitos tipos de conteúdo de interesse pessoal.

TABELA 2: RESULTADOS PÓS-TESTE NA LIDERANÇA DE ALTO NÍVEL LOCAL E NACIONAL

MUNICÍPIO	EDIL	GOVERNADOR	MANDATOS LEGAIS PARA O PRESIDENTE
MAPUTO (CIDADE)	68	33	74
MATOLA	51	22	63
TOTAL COMBINADO	119	55	137

Fonte: elaborado pelo autor

Os cidadãos altamente letrados tendem a perder interesse pela política, resultando no analfabetismo político. Esta aferência sugere que o analfabetismo político tende a erodir quando as pessoas têm acesso a infra-estruturas e acesso a *media* digital. A participação política dos pobres que são “defendidos” pelo fenómeno consolida a teoria apresentada. Adicionalmente, a digitalização reduz o interesse das pessoas pela política através da abundância do conteúdo dos *media* – e as pessoas mostram uma enorme e forte atracção pelo componente de entretenimento. Os respondentes mostraram preferência em engajar-se nos “*media* sociais”, especialmente Facebook e WhatsApp, filmes, séries na TV, incluindo novelas brasileiras, quer durante os momentos de trabalho oficial quer em momentos de lazer. Estudantes, funcionários públicos e organizações sem fins lucrativos engajam neste tipo de conteúdo. Estes resultados suportam a minha primeira hipótese; quando uma sociedade está simultaneamente em democratização e digitalização, os cidadãos tendem a perder o interesse pela política.

Fontes de acesso fácil a material público, os seus tópicos e informação sobre deveres são mal utilizados. Conforme o meu argumento, o interesse e a ajuda importam. Os actores de participação política usam o material digital, mas aqueles que têm escolhas nos dispositivos materiais e *softwares* não se apercebem de que são viciados na digitalização. Os respondentes com fácil acesso à Internet revelaram não ter acesso a jornais, mas não se aperceberam de que

têm acesso a jornais *online*. Outros afirmaram não ter acesso à rádio, revelando desconhecimento do acesso à rádio disponível na Internet. Estas respostas sustentam a segunda hipótese.

A preferência pelo conteúdo dos *media* ajuda a explicar que a razão das escolhas relacionadas com a participação política são intencionalmente mal percebidas numa sociedade orientada para a digitalização. Com a digitalização a ocorrer principalmente em zonas urbanas de Moçambique, o uso individual de dispositivos digitais e *media* é muito mais fácil do que o desenvolvimento de sistemas institucionais. Para a pessoa aceder a material digital, as finanças individuais são um requisito, enquanto as instituições requerem burocracia.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Embora restrito no seu alvo, este ensaio revela a necessidade de revisão de concepções sobre factores determinantes na participação. Este trabalho considera o impacto da revisão de argumentos que tomamos como adquiridos ou senso enraizado. À medida que o tempo passa, e as circunstâncias variam, as teorias tornam-se inválidas, não só na explicação do comportamento político mas também em termos e conceitos usados para discussão. Com base nos municípios gêmeos da cidade de Maputo e Matola, relativamente mais avançados em Moçambique e com o nível mais baixo de analfabetismo, os resultados questionam grandemente a teoria da modernização e o papel positivo das infra-estruturas públicas de acesso aos postos de votação como um incentivo para o engajamento na política.

A minha discussão sobre o papel do interesse pela política para prever a participação inspira uma continuidade da pesquisa e um questionamento da primazia ou exclusividade da teoria da modernização. As três variáveis da teoria, especialmente na era da democratização e da digitalização em alguns países, são postas em causa. Embora tenha trabalhado com um *n* relativamente baixo de respondentes, os dados do meu inquérito enfraquecem a teoria da modernização, que se mostra inefectiva para a explicação da participação política em Moçambique e noutros países na mesma rota política. Este ensaio sugere igualmente que a tendência de Moçambique e de outros países africanos para processos paralelos de democratização e digitalização, mesmo com avanços na alfabetização.

Nos resultados, a digitalização em si revela o declínio da relevância da educação, da idade e da exposição aos *media* na explicação da participação. A educação, um termo já questionado em estudos de desenvolvimento, significa alfabetização. É eficiente usar o termo “alfabetização”, o que facilita a mensuração e permite aos testadores separar os dados entre alfabetizados e analfabetos, assumindo os dados intermédios no intervalo. Todos os que têm acesso à Internet estão agora “expostos aos *media*”, adicionalmente, todos os cidadãos têm acesso a jornais, livros, rádio, TV, entre outros. O volume e o conteúdo disponíveis na Internet tornam a “exposição aos *media*” vaga, no sentido contemporâneo da discussão. Quer as fontes públicas quer

as privadas estão disponíveis na *web*. Com a imensidade de escolhas de conteúdo na Internet, os respondentes ao meu inquérito revelaram consistência na tendência da atenção pelo entretenimento, as chamadas “redes sociais”, ao invés de notícias e política. Os respondentes não só revelaram preferência pelo entretenimento social como engajamento por conteúdo durante as horas de experiente estatal e período de aulas ou estudos.

O número de participantes alfabetizados desafia as assumpções de Lipset de educação como “fonte... a educação serve para inculcar a virtude cívica e várias habilidades que tornam a participação mais fácil” (Lipset 1960, *apud* Franklin, 2004: 14). Os alfabetizados não revelaram interesse pela participação política, pelo contrário, passam grande parte do seu tempo a trocar fotos e “conversas privadas” no Facebook e no WhatsApp; a assistir a vídeos musicais e outros sem conteúdo político no YouTube; ou em jogos, entre outras formas de entretenimento (via *webs.com*, e exploram pouco material de *.edu*, *.gov*. e *.org*). Estas actividades confirmam o meu argumento sobre o nível de interesse pela política, particularmente pelo conteúdo relativo ao nível de participação na era da digitalização.

Conforme os resultados, a alfabetização não conduz a uma alta participação política. Com uma média de 30 e 32 anos, respectivamente para Matola e a cidade de Maputo, os alfabetizados têm estado, de certa forma, a participar como *oficiais públicos em sistemas de partido único*; participam em determinados acontecimentos políticos ou são jovens envolvidos apenas por laços familiares. Porque a experiência inclui a alfabetização como um componente da socialização ou um hábito de engajamento com diversas fontes de informação baseadas no interesse, a experiência pareceu mais relevante do que a idade. Todavia, os resultados relativos ao factor “experiência” podem reflectir falsas razões. Muitos respondentes, especialmente os da idade média, preferiram não responder à pergunta. Desta forma, os resultados do inquérito mostraram uma limitação em expressar a real razão, possivelmente relacionada com a actual crise política. Consequentemente, os gráficos para estes dados não foram desenvolvidos.

Os *media* electrónicos neste trabalho estão ajustados a Moçambique, tendo dois componentes: jornais adquiridos electronicamente (por exemplo, *Canalmoz*, *Correio da Manhã*, *Ikweli*, *Mediafax*, *Diário da Manhã*) e jornais *online* nos dispositivos (por exemplo, *Notícias*, *O País Online*, *Savana*). O uso de material digital – diferentes tipos de computadores, *smartphones*, televisão com material diverso e de acesso (por exemplo, pacotes DSTV, GOTV e ZAP), *tablets* ou outros – erode a participação resultante das preferências de conteúdo.

Embora o conceito de participação política seja interpretado de diferentes formas, as suas contribuições foram vantajosas. A inclusão de vários tipos e formas de participação – convencional e inconventional, legal e ilegal e a latente (Stolle *et al.*, 2005; Teorell *et al.*, 2007; Anduiza, *et al.*, 2009; Ekman & Amnã, 2012) – foram úteis para a discussão, evitando uma abordagem bastante restrita e uma concentração na afluência às urnas. A minha contribuição para uma percepção de maior *nuance* do conceito envolve violência extrema, guerra, manifestações ou

protestos pró-democracia como formas ilegais de participação política (por exemplo, protestos na Praça de Tiananmen e manifestações da Primavera Árabe).

Ekman & Amnâ (2012: 297) definem participação latente como “a vontade de tomar acções caso as circunstâncias exijam”. Pelos resultados, este conceito é importante, uma vez que mais de 70% dos respondentes desconhecem os mandatos legais do Presidente da República e os nomes dos governadores. Com limitações em conhecimentos básicos como estes, a democracia encontra-se ameaçada: se os cidadãos desconhecem os mandatos constitucionais do Presidente, pouco se pode esperar de uma reacção pessoal à violação desta norma, esperando-se apenas um seguimento emocional de protesto baseado em terceiros actores. Da violação da Constituição, pouca crítica ou protesto podem ser esperados. Desta forma, o baixo nível de participação latente ajuda-nos a perceber a apatia política. O interesse pela política como variável explica o analfabetismo político dos alfabetizados. No contexto da descentralização em Moçambique, a liderança pública corre o risco de punição ou premiação de um nível de governação sem competências para tal.

O interesse pela participação política explica melhor os níveis de envolvimento em sociedades em digitalização e democratização em simultâneo. Como os resultados dos respondentes alvo revelaram, a escolha da preferência pelo conteúdo dos *media* (especialmente da Internet e da TV) e a experiência na política explicam a participação política da era digital. O vago termo educação, a exposição aos *media* e a idade não são tão relevantes como a teoria da modernização previu. A selecção dos municípios vizinhos da cidade de Maputo e Matola revela um alto nível de alfabetização num Moçambique em democratização, mas com baixo nível de participação, a que chamei *analfabetismo político*.

A população pobre em Moçambique, sem acesso a infra-estruturas de circulação e bens básicos, demonstrou um nível elevado de afluência às urnas em 1994, contrariando a ideia de causa-efeito entre alfabetização e participação política, que se mostra falaciosa. Mattes & Shenga (2014) defendem que a educação eleva o nível de participação, e que as infra-estruturas são elementos determinantes da cidadania crítica e democrática. Os resultados do inquérito contrariam estas afirmações. As zonas urbanas têm infra-estruturas de circulação e nível elevado de alfabetização, no entanto, a participação política mostra-se deficitária. Como os alfabetizados se mostram grandemente analfabetos quando se trata de participação, a teoria – especialmente a da escola da modernização – requer revisão argumentativa. Uma vez que os alfabetizados se mostram apáticos em relação a instrumentos básicos de cidadania e democracia, sugiro a introdução de uma cadeira obrigatória de introdução à política ou governação em universidades moçambicanas, independentemente da área de especialização.

Avaliando a estratégia no inquérito de recolha de dados, os investigadores são incentivados a recolher dados razoavelmente consistentes. É comum observar algumas tendências nas sondagens ou previsões seguidas de resultados que desapontam o público. Como poderemos lidar

com este desafio na pesquisa? Sem o teste, fica claro que os resultados seriam falaciosos ou, pelo menos, com tendência diferente das hipóteses. Com ou sem relevância para algumas teorias ou áreas de estudo, há necessidade de repensar os factores determinantes da participação e do comportamento político em geral.

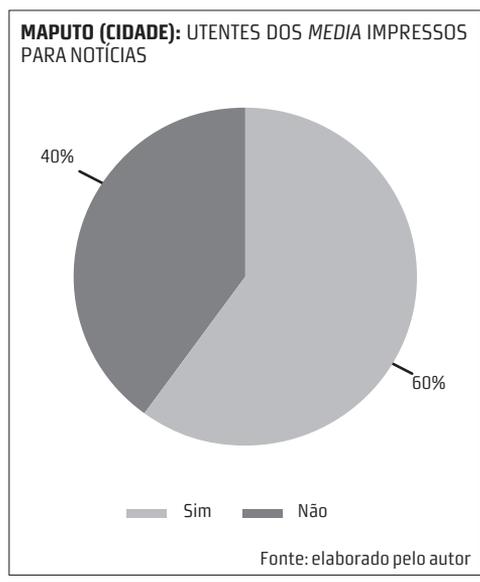
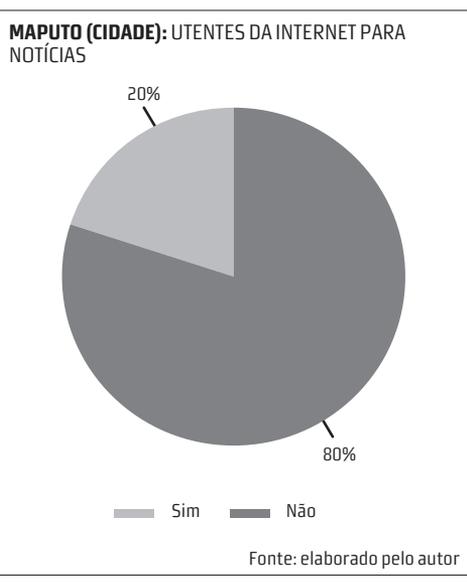
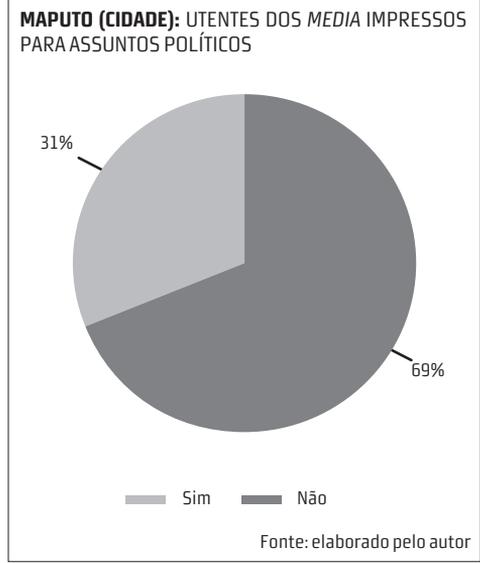
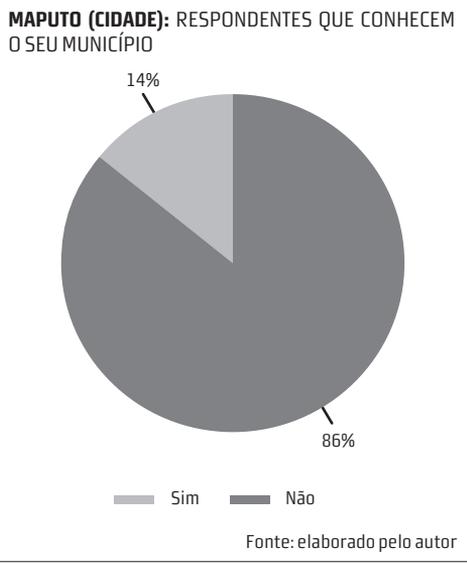
REFERÊNCIAS

- Albrecht, S. (2006). Whose voice is heard in online deliberation?: A study of participation and representation in political debates on the internet. *Information, Communication & Society*, 9, 62-82, 1
- Anduiza, E. *et al.* (2009). Political participation and the Internet: A field essay. *Information Communication and Society*, 12(6), 860-878.
- AWEPA (2003). *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, 29. Amesterdão: AWEPA.
- Banco Mundial & Banco Africano de Desenvolvimento (2013). *The Transformational Use of Information and Communication Technologies in Africa*. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTINFORMATIONANDCOMMUNICATIONANDTECHNOLOGIES/Resources/282822-1346223280837/MainReport.pdf> (consultado a 23 de Julho de 2014).
- Bimber, B. (1999). The Internet and citizen communication with Government: does the medium matter? *Political Communication*, 16(4), 409-428.
- Boix, C. (2003). *Democracy and Redistribution*. Oxford: Oxford University Press.
- Bode, L. & Dalrymple, K. E. (2015). Politics in 140 characters or less: campaign communication, network interaction, and political participation on Twitter *Journal of Political Marketing*, 15(4), 311-332.
- Brady, H.E. *et al.* (1995). Beyond SES: a resource model of political participation. *American Political Science Review*, 89(2), 271-294.
- Davis, R. (1999). *The Web of Politics. The Internet's Impact on the American Political System*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Delli, Carpini M.X. (1997). Review of NH Nie, J Junn, and K Stehlik-Barry, Education and Democratic Citizenship. *American political science review*. 91(4). 971-972
- Doherty, D. & Schraeder, J. P. (2018). Social signals and participation in the tunisian revolution, *The Journal of Politics*, 80(2).
- Ekman, J. & Amnâ, E. (2012). Political participation and civic engagement: towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283-300.
- Eveland, W.P. & Scheufele, D.A. (2000). Connecting news media use with gaps in knowledge and participation. *Political Communication*, 17, 215-237.
- Franklin, M.N. (2004). *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*. Cambridge: Cambridge University.
- Fredin, E.S. (1999). The web of politics: the Internet's impact on the American political system. *Journalism and Mass Communication Quarterly*.
- Galston, W.A. (2001). Political knowledge, political engagement, and civic education. *Annual Review Political Science*, 4, 217-234.

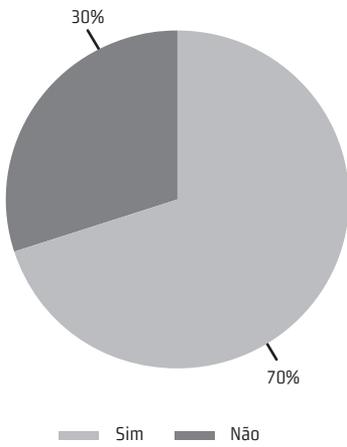
- Huntington, S. (1970). The change to change: modernization, development, and politics. *Comparative Politics*, 3(3), 283-322.
- Huntington, S.P. (1991). *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Kuenzi, M. & Lambright, G.M.S. (2007). Voter turnout in Africa's multiparty regimes. *Comparative Political Studies*, 40(6), 665-690.
- Lipset, S.M. (1960). *Political Man: the social bases of politics*. Garden City, Doubleday & Company, Inc.
- Lipset, S.M. (1959). Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, 53(1), 69-105.
- Mattes, R. & Shenga, C. (2014). Uncritical citizenship: Mozambicans in comparative perspective. In M. Bratton (ed.), *Voting and Democratic Citizenship in Africa*. Londres: Lynne Reinner Publishers.
- McClurg, S.D. (2003). Social networks and political participation: the role of social interaction in explaining political participation. *Political Research Quarterly*, 56(4), 448-465.
- Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2014). *Eleições Gerais – Relatório Final*. Maputo: Missão de Observação Eleitoral da União Europeia.
- Nhantumbo, I.S. (2014). *Does Mobile Phone Penetration Affect the General Media Exposure Effects on Voter Turnout? Verification from Sub-Saharan Africa*. (Unfinished work for Comparative Politics Class with Dr. Daniel Young).
- Nhantumbo, I.S. (2015). Heróis nacionais: ode ao professor Cistac. *Wampula Fax*, 3. 6 de Março.
- Nie, N.H. et al. (1996). *Education and Democratic Citizenship in America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Negroponte, N. (1996). *Being Digital*. Nova Iorque: Random House Inc.
- Noveck, B.S. (2000). Paradoxical partners: electronic communication and electronic democracy in Ferdinand, P. (ed.) *The Internet, Democracy, and Democratization*. Londres: Frank Cass.
- Pierskalla, J.H. & Hollenbach, F.M. (2013). Technology and collective action: the effect of cell phone coverage on political violence in Africa. *American Political Review Science*, 107(2), 207-224.
- Przeworski, A. & Limongi, F. (1997). Modernization Theory: theory and facts. *World Politics*, 49(2), 155-183.
- Sambira, J. (2013). *Africa Renewal Accessed*. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/africarenewal/magazine/may-2013/africa's-mobile-youth-drive-change> (consultado a 14 de Julho de 2014).

- Scheufele, D., & Nisbet, M. (2002). Being a citizen online: New opportunities and dead ends. *Press/Politics*, 7, 55–75.
- Schumpeter, J. (1942). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Londres: Allen and Unwin.
- Stolle, D. *et al.* (2005). Politics in the supermarket: political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*. 26(3), 245-269.
- Teorell, J. (2010). *Determinants of Democratization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Teorell, J. *et al.* (2007). Participation and political equality: an assessment of large-scale democracy. In J. Van Deth, J. R. Montero, & A. Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A Comparative Perspective*. Londres: Routledge.
- WLSA Moçambique (2014). *Eleições Autárquicas de 2013: participação e representação de mulheres e homens*. Maputo: WLSA Moçambique.

APÊNDICE 1: GRÁFICOS: MAPUTO (CIDADE)

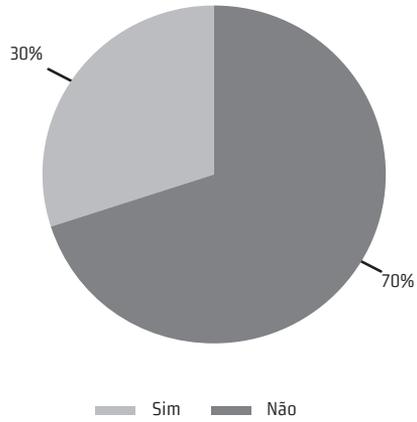


MAPUTO (CIDADE): UTENTES DA TV PARA NOTÍCIAS



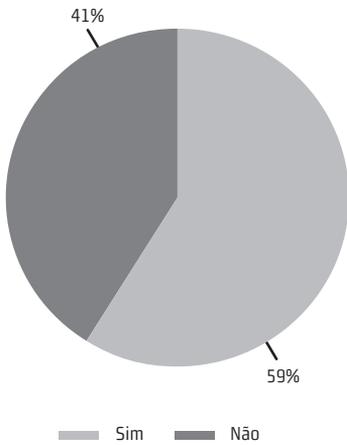
Fonte: elaborado pelo autor

MAPUTO (CIDADE): UTENTES DA TV PARA POLÍTICA



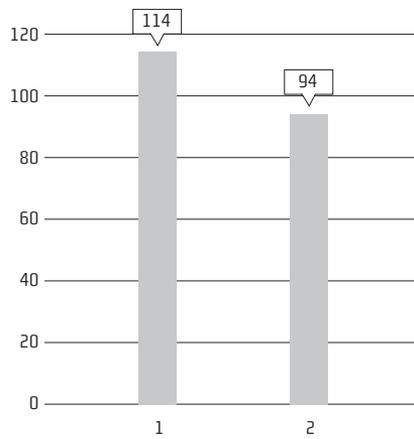
Fonte: elaborado pelo autor

MAPUTO (CIDADE): UTENTES DA RÁDIO PARA NOTÍCIAS



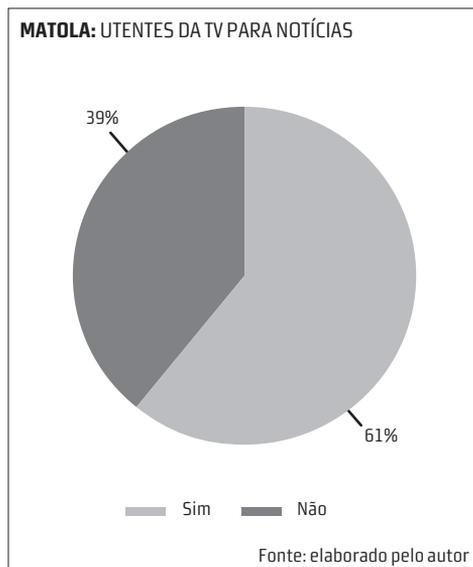
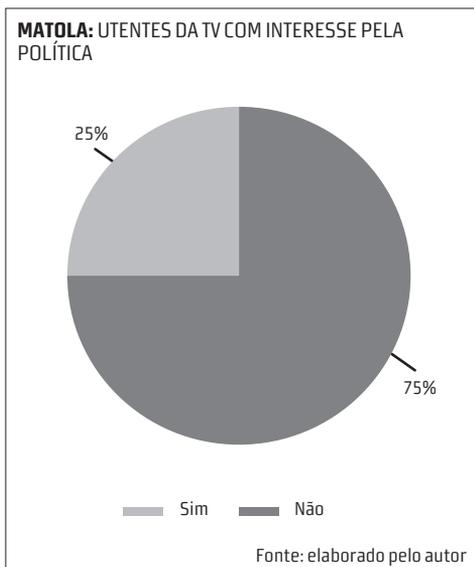
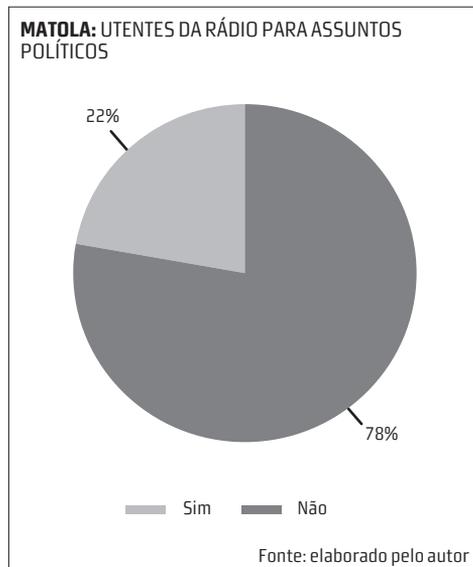
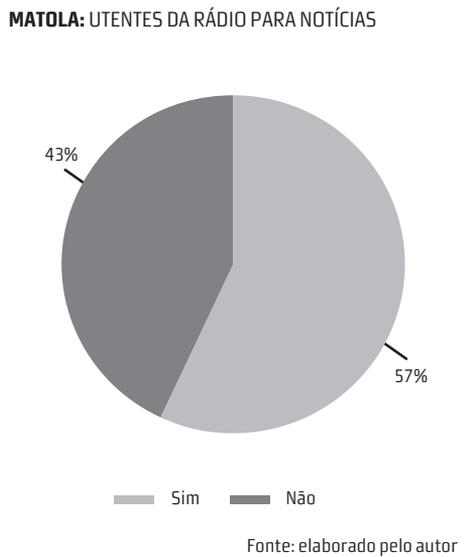
Fonte: elaborado pelo autor

MAPUTO (CIDADE): ACESSO À INTERNET E UTENTES PARA REDES SOCIAIS

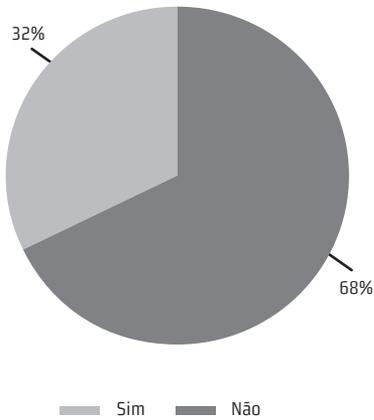


Fonte: elaborado pelo autor

APÊNDICE 2: GRÁFICOS: MATOLA

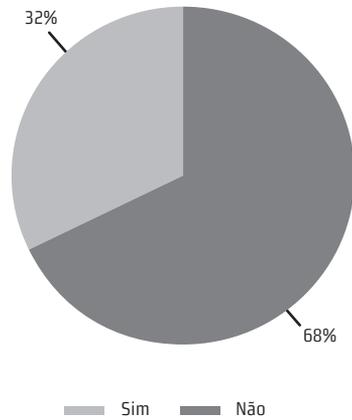


MATOLA: UTENTES DOS MEDIA IMPRESSOS PARA POLÍTICA



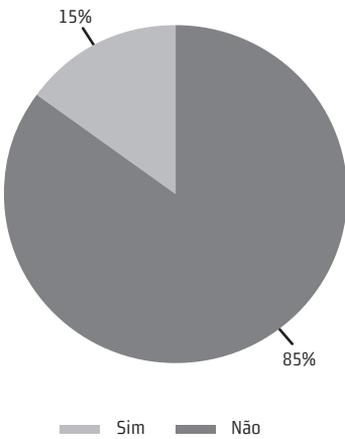
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES DA TV PARA NOTÍCIAS



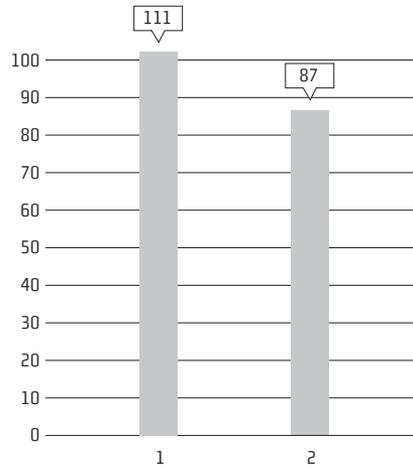
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES DA INTERNET PARA NOTÍCIAS



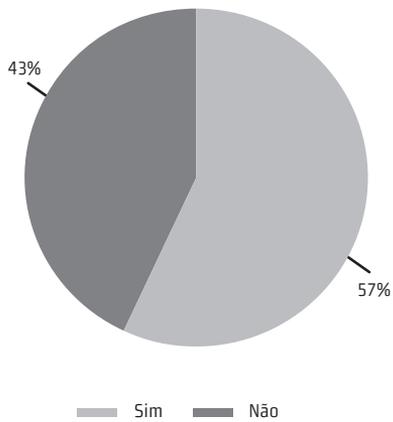
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES COM ACESSO À INTERNET E UTENTES EM REDES SOCIAIS



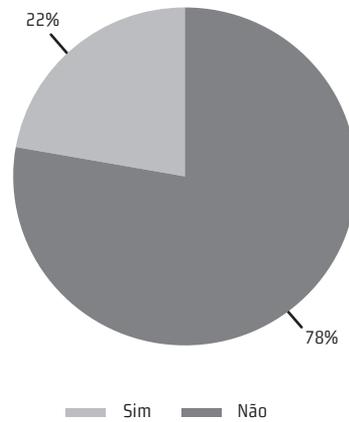
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES DA RÁDIO PARA NOTÍCIAS



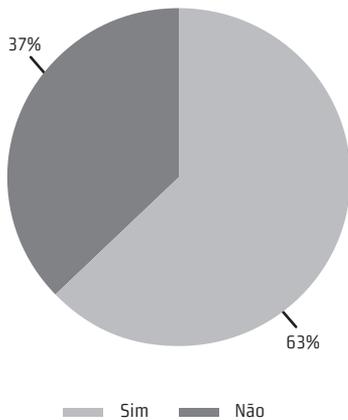
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES DA RÁDIO PARA ASSUNTOS POLÍTICOS



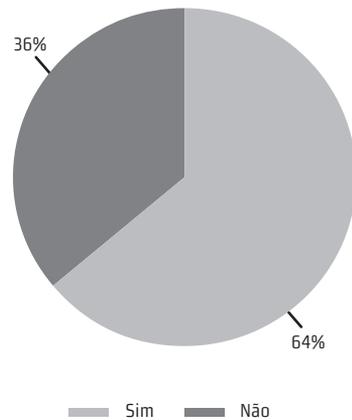
Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: UTENTES DA INTERNET PARA ASSUNTOS REGULARES



Fonte: elaborado pelo autor

MATOLA: CIDADÃOS QUE VOTARAM APENAS EM ELEIÇÕES LOCAIS



Fonte: elaborado pelo autor